



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

174
AP

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0251965-9

COMARCA: Paulista

APELANTE: Município de Paulista

APELADA: Maria Inácia da Silva Monte

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO. DIREITO À PERCEPÇÃO DAS DIFERENÇAS ACUMULADAS E NÃO PAGAS PELA MUNICIPALIDADE. IMPROVIMENTO DO APELO FAZENDÁRIO.

1. De proêmio, afastou-se a preliminar de prescrição aduzida pelo Município de Paulista *"quanto ao período anterior a agosto de 1999"*, eis que, além de o pedido da autora não ter englobado parcelas referentes a esta data, o Município só foi condenado a fazer o pagamento no período de 15/09/1999 a 31/12/2000. 2. No plano de fundo, também não assiste razão ao Município ao defender que *"a responsabilidade de acolher pensão por morte, no caso em tela é do IPSEP e não do Município/Apelante ante a inexistência de previsão legal Municipal a amparar o pleito da Autora e diante da vinculação do ex-servidor ao RGPS."* 3. Ora, o fato gerador do benefício ocorreu depois da edição da Lei Federal nº 9.717/98, não havendo que se falar em responsabilidade do IPSEP para com o pagamento da pensão por morte em foco. 4. Com efeito, a responsabilidade do ente previdenciário estadual para com o pagamento da pensão em tela derivava de convênio celebrado com as municipalidades, que repassavam os recursos para o correspondente custeio, convênio este que foi extinto por força da edição da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pela qual restou vedado *"o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios"*. 5. Dito isso, verificou-se que a autora/apelada promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação, restando incontroversa a sua condição de viúva do ex-servidor municipal Reginaldo Ferreira do Monte – circunstância que, aliás, não foi impugnada pela Municipalidade. 6. Nesse contexto, tem-se por configurado o direito da autora/apelada à percepção das diferenças de pensão por morte ora pleiteadas - período de 15/09/1999 a 31/12/2000. 7. Por fim, manteve-se a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que a sua fixação decorreu da apreciação equitativa, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, sobretudo, a pouca expressão econômica da base de cálculo (eis que a condenação global é de valor pequeno). 8. Apelo voluntário improvido, em ordem a manter a sentença de primeira instância.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0251965-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo fazendário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de  de 2014 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0251965-9
COMARCA: Paulista
APELANTE: Município de Paulista
APELADA: Maria Inácia da Silva Monte
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Comarca de Paulista, nos autos da **Ação Ordinária** nº 231.2004.003667-4, que julgou **parcialmente procedente** o pedido da autora, ora apelada, e condenou o Município réu nos seguintes termos:

“Diante do exposto, reconheço a **INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTA VARA PARA A ANÁLISE DOS PEDIDOS ANTERIORES A 13.09.1991, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO** constante da inicial, para condenar o Município do Paulista a pagar à autora a pensão por morte decorrente do falecimento do servidor Reginaldo Ferreira do Monte no período de 15.09.1999 a 31.12.2000.

Os valores devem ser calculados com base no valor da pensão à época de cada um dos meses abrangidos pela condenação, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora à razão de 6% aa desde a citação, em virtude de a ação ter sido ajuizada após a MP 2.180-35/01.

Condeno ainda o Município do Paulista ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que por força da sucumbência fixo em 20% (vinte por cento) dos atrasados a serem pagos.

Incabível o reexame necessário (art. 475, §2º do CPC)”.

Na ação em tela, pleiteia a autora/apelada, viúva de ex-servidor público municipal, a percepção de pensão por morte acumulada e alegadamente não paga pelo município réu, **compreendida entre 15/09/1999 e 31/12/2000**, além do depósito do FGTS no período trabalhado, tudo acrescido de juros moratórios e correção monetária.

Nesta sede recursal (fls.125/128), argüi o Município apelante, **preliminarmente** que “o direito pleiteado pela Autora encontra-se prescrito em face do Decreto 20.910/32, quanto ao período anterior a agosto de 1999”; e **no mérito** defende, em síntese, que “a responsabilidade de acolher pensão por morte, no caso em tela é do IPSEP e não do Município/Apelante ante a inexistência de previsão legal Municipal a amparar o pleito da Autora e diante da vinculação do ex-servidor ao RGPS.”.

Por fim, pleiteou a revisão dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento).

Em suas contra-razões (fls.152/153), pugna a autora/apelada pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal aduziu não ter interesse na lide.

É o relatório. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



175
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0251965-9
COMARCA: Paulista
APELANTE: Município de Paulista
APELADA: Maria Inácia da Silva Monte
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Pleiteia a autora/apelada, viúva de ex-servidor público municipal, a percepção de pensão por morte acumulada e alegadamente não paga pelo município réu, **compreendida entre 15/09/1999 e 31/12/2000**, além do depósito do FGTS no período trabalhado, tudo acrescido de juros moratórios e correção monetária.

O Município restou condenado tão somente ao pagamento da *“pensão por morte decorrente do falecimento do servidor Reginaldo Ferreira do Monte no período de 15.09.1999 a 31.12.2000”*.

Pois bem.

De proêmio, afasto a preliminar de **prescrição** aduzida pelo Município de Paulista *“quanto ao período anterior a agosto de 1999”*, eis que, além de o pedido da autora não ter englobado parcelas referentes a esta data, o Município só foi condenado a fazer o pagamento no período de **15/09/1999 a 31/12/2000**.

Ademais, como bem salientado na sentença (fls.117/118):

“(...) o requerimento administrativo foi protocolado 14 dias após a data do óbito.

Sendo a pensão por morte devida desde o óbito e tendo a autora, comprovado o óbito do servidor (fls. 06), a condição de dependente (fls. 05) e ajuizado a ação dentro do prazo prescricional, faz jus às parcelas anteriores à concessão do benefício. Confira-se o seguinte julgado neste sentido:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO TEMPORÁRIA POR MORTE. FATO GERADOR. ÓBITO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO A PARTIR DO PEDIDO ADMINISTRATIVO. DEVIDO O PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES ATRASADAS.

1. O fato gerador para a concessão da pensão por morte é o óbito do servidor público.
2. Na espécie, a morte do servidor se deu em 19/07/1994, sendo devidas as parcelas compreendidas entre essa data, e a em que foi iniciado o pagamento do benefício, que se deu a partir do pedido administrativo.
3. Apelação provida.

(Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO; Classe: AC - APELAÇÃO CÍVEL - 200001000634064; Processo: 200001000634064 UF: DF Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA SUPLEMENTAR; Data da decisão: 1/9/2004 Documento: TRF100200644; Fonte: DJ DATA: 30/9/2004 PAGINA: 44; Relatora: JUÍZA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS; Data da Publicação: 30/09/2004).

Resta, pois, devido o pagamento da pensão do período de setembro/99 a dez/2000”.



176
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

No plano de fundo, também não assiste razão ao Município ao defender que *"a responsabilidade de acolher pensão por morte, no caso em tela é do IPSEP e não do Município/Apelante ante a inexistência de previsão legal Municipal a amparar o pleito da Autora e diante da vinculação do ex-servidor ao RGPS."*

Ora, o **fato gerador do benefício** (*in casu*, a data do óbito – 15/09/1999) ocorreu **depois** da edição da Lei Federal nº 9.717/98, não havendo que se falar em responsabilidade do IPSEP para com o pagamento da pensão por morte em foco.

Com efeito, a responsabilidade do ente previdenciário estadual para com o pagamento da pensão em tela derivava de convênio celebrado com as municipalidades, que repassavam os recursos para o correspondente custeio, convênio este que foi extinto por força da edição da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pela qual restou vedado *"o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios"*.

Esse entendimento se coaduna com as razões do parecer lançado pelo Ministério Público de primeiro grau (fls. 107/108), que refere que:

"Assim sendo, a questão cinge-se à data do início da concessão do benefício, pois o fato gerador da pensão (óbito do servidor) ocorreu em um período ligeiramente posterior ao fim do sistema previdenciário consorciado entre o Estado de Pernambuco e seus municípios.

Ora, os segurados e dependentes não podem ser penalizados pela omissão da Administração em honrar com seus compromissos legais, mesmo em um período de transferência de responsabilidade entre os entes estadual e municipal. Ademais, a lei municipal nº 3613/01, em seu artigo 3º, é clara ao dispor que a concessão do benefício é devida a partir da taã de falecimento do servidor.

Cabível, então, a concessão da pensão por morte à autora a partir da data do fato gerador daquele benefício, ocorrido em 15/09/99, devendo a autora receber os valores pertinentes à concessão da pensão por morte referentes ao período compreendido entre 16/09/99 até dezembro de 2000, mês que antecedeu a concessão administrativa do benefício previdenciário pelo município."

Igualmente, houve-se bem o magistrado de piso ao assentar que:

"Impende apreciar, de início, a alegação do município réu de que o *de cujus* somente contribuiu para o Regime Próprio de Previdência no período de abril a junho de 1999, não sendo, pois, sua a responsabilidade pelo pagamento da pensão.

Em 1980 o Município, com fulcro na Lei Estadual 7.551/77 firmou Convênio com o IPSEP, vinculando-se ao Sistema de Seguridade Social deste Instituto.

Consta da Cláusula 6.1 do referido Convênio como obrigação principal do IPSEP prestar aos servidores do Município os benefícios de assistência e previdência constantes dos planos de Seguridade Social.





177
so

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Referido Convênio vigorou até a edição da Lei Federal 9.717 de 27.11.1998, que pôs fim aos sistemas previdenciários consorciados entre Estados e Municípios, cabendo, a partir de então, ao Município do Paulista a criação do sistema próprio de previdência dos servidores municipais e a responsabilidade pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras deste. Observe-se que o Ofício Circular 231/99, em que o IPSEP comunica tal fato aos Municípios conveniados, data de 25.03.1999.

Assim fez o Município, tanto que afirmou ter o ex-servidor contribuído para o Regime Próprio de Previdência no período de abril a setembro de 1999.

Conclui-se, portanto, que o ex-servidor já estava vinculado ao Regime Próprio de Previdência na data do óbito – 15.09.1999.

O fato do ex-servidor somente ter contribuído para o Regime Próprio de Previdência pelo período de seis meses é irrelevante, não implicando em irresponsabilidade do Município no pagamento da pensão por morte, senão vejamos.

Denota-se, pois, que o Regime Próprio do Município do Paulista, como Regime Instituidor responsável pelo pagamento da pensão, deve buscar a compensação financeira dos demais regimes a que esteve vinculado o servidor durante todo o período de trabalho.

É, pois, o Município do Paulista, responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência”. (grifei)

Dito isso, verifico que a autora/apelada promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação (fls. 05/06), restando incontroversa a sua condição de viúva do ex-servidor municipal Reginaldo Ferreira do Monte (falecido em 15/09/1999) – circunstância que, aliás, não foi impugnada pela Municipalidade.

Nesse contexto, tenho por configurado o direito da autora/apelada à percepção das diferenças de pensão por morte ora pleiteadas - período de **15/09/1999 a 31/12/2000**.

Visto isso, impende examinar a questão da **verba honorária**, arbitrada em 20% (vinte por cento) por sobre os atrasados a serem pagos.

Com efeito, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos honorários ficará adstrita à **apreciação equitativa** prevista no art. 20, § 4º, do CPC, observados os critérios de “*grau de zelo do profissional*”; “*o lugar de prestação do serviço*”; “*a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço*”.

Confira-se, a propósito, o teor do seguinte precedente, oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA:

“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. FAZENDA PÚBLICA. A regra do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil não significa que, vencida a Fazenda Pública, os honorários de advogado devam ser, necessariamente, arbitrados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

177
Jo

Referido Convênio vigorou até a edição da Lei Federal 9.717 de 27.11.1998, que pôs fim aos sistemas previdenciários consorciados entre Estados e Municípios, cabendo, a partir de então, ao Município do Paulista a criação do sistema próprio de previdência dos servidores municipais e a responsabilidade pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras deste. Observe-se que o Ofício Circular 231/99, em que o IPSEP comunica tal fato aos Municípios conveniados, data de 25.03.1999.

Assim fez o Município, tanto que afirmou ter o ex-servidor contribuído para o Regime Próprio de Previdência no período de abril a setembro de 1999.

Conclui-se, portanto, que o ex-servidor já estava vinculado ao Regime Próprio de Previdência na data do óbito – 15.09.1999.

O fato do ex-servidor somente ter contribuído para o Regime Próprio de Previdência pelo período de seis meses é irrelevante, não implicando em irresponsabilidade do Município no pagamento da pensão por morte, senão vejamos.

Denota-se, pois, que o Regime Próprio do Município do Paulista, como Regime Instituidor responsável pelo pagamento da pensão, deve buscar a compensação financeira dos demais regimes a que esteve vinculado o servidor durante todo o período de trabalho.

É, pois, o Município do Paulista, responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Regime Próprio de Previdência”. (grifei)

Dito isso, verifico que a autora/apelada promoveu a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação (fls. 05/06), restando incontroversa a sua condição de viúva do ex-servidor municipal Reginaldo Ferreira do Monte (falecido em 15/09/1999) – circunstância que, aliás, não foi impugnada pela Municipalidade.

Nesse contexto, tenho por configurado o direito da autora/apelada à percepção das diferenças de pensão por morte ora pleiteadas - período de **15/09/1999 a 31/12/2000**.

Visto isso, impende examinar a questão da **verba honorária**, arbitrada em 20% (vinte por cento) por sobre os atrasados a serem pagos.

Com efeito, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos honorários ficará adstrita à **apreciação equitativa** prevista no art. 20, § 4º, do CPC, observados os critérios de “*grau de zelo do profissional*”; “*o lugar de prestação do serviço*”; “*a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço*”.

Confira-se, a propósito, o teor do seguinte precedente, oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA:

“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. FAZENDA PÚBLICA. A regra do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil não significa que, vencida a Fazenda Pública, os honorários de advogado devam ser, necessariamente, arbitrados





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

178

em montante inferior a dez por cento (10%) do valor da condenação; o juiz, nesse caso, fixa a verba honorária segundo apreciação equitativa, sem outros parâmetros que aqueles definidos nas alíneas "a", "b" e "c". 2. EQUIDADE. "A apreciação equitativa do juiz" constitui conceito jurídico indeterminado, dependente sempre do caso concreto, a cujas peculiaridades o recurso especial não pode descer. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 199288/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/1998, DJ 23/11/1998 p. 173)

Destarte, é de se manter a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que a sua fixação decorreu da apreciação equitativa, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, sobretudo, a pouca expressão econômica da base de cálculo (eis que a condenação global é de valor pequeno).

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo voluntário**, em ordem a manter a sentença de primeira instância, assegurando, via de consequência, à autora/apelada, o direito à percepção das parcelas de pensão por morte compreendidas no período de **15/09/1999 a 31/12/2000**.

Recife 18 de Junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator